



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141483 - PA (2021/0013787-7)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : EDER BARBOSA DOS SANTOS (PRESO)
ADVOGADO : SIMONE GEMAQUE DOS SANTOS - PA017543
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
CORRÉU : ANA LENYR DA SILVA BELTRAO
CORRÉU : ISAIAS PINHEIRO BELTRAO
CORRÉU : DILELSON SILVA DO NASCIMENTO
CORRÉU : ROSELIA BRAGANCA DO NASCIMENTO
CORRÉU : EUZIANE DE SOUZA AVELAR
CORRÉU : SANDRO BARBOSA DOS SANTOS
CORRÉU : EDER BARBOSA DOS SANTOS
CORRÉU : MARIO ELENILSON RODRIGUES DA SILVA
CORRÉU : TAFAREL CRUZ DA SILVA

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por EDER BARBOSA DOS SANTOS contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ (HC n. 0811619-29.2020.8.14.0000).

O recorrente foi preso preventivamente, em razão da suposta prática dos crimes previstos nos arts. 33, *caput*, e 35, ambos da Lei n. 11.343/2006.

Sustenta o insurgente a ausência de fundamentação suficiente a justificar a segregação cautelar, aduzindo que a motivação foi com base em argumentos frágeis e na gravidade abstrata dos delitos.

Defende o cabimento das medidas cautelares diversas da prisão, de acordo com o art. 319 do Código de Processo Penal, para que possa responder ao processo em liberdade.

Alega que sua condição processual é idêntica a do corréu, sendo cabível a extensão do direito de responder à ação penal em liberdade.

Assevera o excesso de prazo na formação da culpa, pois está custodiado há mais de 10 meses, com previsão para a audiência de instrução e julgamento somente em 27.01.2021, pleiteando assim a revogação da custódia cautelar.

Requer, liminarmente, a liberdade e a expedição de alvará de soltura. No mérito, pleiteia o provimento do recurso para que seja confirmada a liminar pleiteada.

É, no essencial, o relatório. Decido.

No que diz respeito à aventada ilegalidade da prisão preventiva, verifica-se que a matéria de fundo não foi apreciada no acórdão impugnado. Assim, o Superior Tribunal de Justiça não pode delas conhecer, sob pena de indevida supressão de instância. Confira-se precedente sobre a questão:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS.
EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM
PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO
CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO.
CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE

DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO A29.96 A29.96 A5 HC 640221 2021/0013946-8 Documento Página 1 RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO. [...] 3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância. 4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

No mais, em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência